



REFERÊNCIA: Projeto de Lei nº 20 de 2023
AUTOR: Deputado Nilton Franco
ASSUNTO: Declara de Utilidade Pública o Instituto Educacional, Social e Cultural São Bento.
RELATOR: DEPUTADO PROFESSOR JÚNIOR GEO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER

Vem a esta Comissão, para exame, o Projeto de Lei nº 20/2023, de autoria do Deputado Nilton Franco, que tem como objetivo Declarar de Utilidade Pública o o Instituto Instituto Educacional, Social e Cultural São Bento, no município de Palmas – TO.

Segundo a justificativa apresentada pelo parlamentar, o Instituto , que foi instituído em 05 de março de 2010, com sede em Palmas/TO, é uma entidade sem fins lucrativos, de duração por tempo indeterminado, prestadora de serviços de planejamento e assessoria ao poder público e privado, de caráter social, educacional, beneficente e filantrópica, que tem por principais finalidades apoiar e desenvolver ações para a defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida do ser humano, por meio das atividades de saúde e nutrição, educação e cultura, profissionalização, habitação, empreendedorismo, esporte e lazer, artesanato e meio ambiente.

A propositura foi distribuída à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para receber parecer acerca de sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 46, I, “a” combinado com o art. 73, I, do Regimento Interno.

É o relatório.

ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Quanto à iniciativa, a propositura não se encontra dentre aquelas de iniciativa privativa, indicada no art. 27, § 1º da Constituição do Estado, de modo que é facultado a qualquer parlamentar apresentar projeto de lei sobre o tema.

No entanto, ao analisar o pedido do nobre parlamentar, verifica-se que não foi anexada a documentação necessária e comprobatória para que o referido instituto seja considerado de Utilidade Pública Estadual, conforme determinado pela Lei nº 287, de 23 de setembro de 1991, que rege o tema em âmbito estadual.

Diante do exposto, baixo a propositura em diligência para que o autor do Projeto de Lei 20/2023 apresente os documentos necessários para que o instituto seja considerado de Utilidade Pública Estadual.

É O PARECER.

Sala das Comissões, em 06 de março de 2023.

PROFESSOR JUNIOR GEO

Relator



**ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO**

DESPACHO

Aprovado o Parecer do(a) Relator(a)
Deputado(a) PROF. JÚNIOR GEO, referente
ao(a) PH nº 20 / 2023, na Reunião da **Comissão de
Constituição, Justiça e Redação.**

Encaminhe-se(a)(ao) DILIGENCIA

Sala das Comissões, 07 de Março de 2023

Deputado **NILTON FRANCO**
Presidente da Comissão de Constituição Justiça e Redação

MEMBROS EFETIVOS

Dep. **PROF. JÚNIOR GEO**

Dep. **JORGE FREDERICO**

Dep. **ALDAIR COSTA GIPÃO**

Dep. **CLAUDIA LELIS**

MEMBROS SUPLENTE

Dep. **GUTIERRES TORQUATO**

Dep. **MOISEMAR MARINHO**

Dep. **CLEITON CARDOSO**

Dep. **VALDEMAR JÚNIOR**

Dep. **VANDA MONTEIRO**